

**HABEAS CORPUS Nº 548.877 - RJ (2019/0358256-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MONICA KEMP BORGES DE MIRANDA - RJ068137  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : EDUARDO CIPRIANO DE OLIVEIRA (PRESO)  
**PACIENTE** : DOUGLAS FERNANDES CORREIA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de EDUARDO CIPRIANO DE OLIVEIRA e DOUGLAS FERNANDES CORREIA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, proferido no julgamento da Apelação n. 0094698-97.2017.8.19.0001.

Consta dos autos que os pacientes foram condenados em primeiro grau como incurso nas sanções do artigo 33, *caput*, da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas), às penas de 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa (Douglas) e 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa (Eduardo), ambos em regime semiaberto.

Irresignados, apelaram acusação de defesa perante o Tribunal de origem. A Corte Estadual negou provimento ao recurso de defesa e deu provimento ao apelo ministerial, em acórdão que ficou assim resumido (fl. 16):

*APELAÇÃO - Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06. (Douglas) Pena: 05 anos de reclusão e 500 dias-multa. Regime semiaberto. (Eduardo) Pena: 06 anos de reclusão e 060 dias-multa. Regime Semiaberto. Apelantes/apelados, previamente ajustados e em comunhão de ações e desígnios entre si e com um outro indivíduo ainda não identificado, tinham sob guarda para vender, para fins de tráfico, 24g de maconha, acondicionadas em 22 tabletes envoltos por filme plástico, sem autorização legal ou regulamentar. SEM RAZÃO AS DEFESAS. Do pedido de absolvição. Impossibilidade. Materialidade e autoria devidamente comprovadas. Prisão flagrancial. Depoimento dos policiais. Aplicação verbete 70 do TJRJ. Não há qualquer indício de suspeição dos policiais. Não restou demonstrado que houve flagrante forjado. Do pedido de desclassificação para o delito de uso. Não merece prosperar. As circunstâncias da apreensão evidenciam a destinação à*

*mercancia. Nitidamente comprovada a traficância. A defesa não trouxe qualquer prova capaz de ilidir as acusações. Revelada de forma inequívoca a prática da conduta descrita no art. 33 da Lei de drogas. Do pedido de fixação da pena-base no mínimo legal. Descabido. (Eduardo) Fixada um pouco acima do mínimo legal (01 ano), em estrita observância ao previsto no art. 59 do CP e art. 42 da Lei nº 11.343/06. Personalidade voltada para a prática de crimes e conduta social reprovável. Do pedido de redução previsto no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/06. Improsperável. (Douglas) Há vedação expressa no citado preceito normativo. Dedicava-se às atividades criminosas. ASSISTE RAZÃO À ACUSAÇÃO. Da fixação do regime fechado. Cabível. Merece reparo a sentença. Deve ser fixado o regime fechado, o único compatível com o atuar dos apelantes/apelados, considerando-se as circunstâncias do fato, n/f do art. 33, § 3º do CP. Dos prequestionamentos. Não houve qualquer violação à norma constitucional ou infraconstitucional. DESPROVIMENTO DOS RECURSOS DEFENSIVOS. PROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL.*

No presente *mandamus*, pretende a Defensoria Pública, em sede liminar e no mérito, a concessão da ordem para "para que seja reduzida a pena-base do Primeiro Paciente (Eduardo) ao mínimo legal e seja fixado o regime semiaberto como o inicial de cumprimento da pena de ambos os Pacientes" (fl. 15).

Brevemente relatado, decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Devidamente instruído, dispenso a requisição de informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator